

OS ‘SOLDADOS E MAIS PESSOAS CRIMINOZAS’: A DESERÇÃO E A RESISTÊNCIA AO OFÍCIO DE SOLDADO DA TROPA REGULAR NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII.

GIOVANE ALBINO SILVA\*

Desde as primeiras décadas de colonização europeia na América portuguesa houve uma atenção voltada para a organização e a defesa desse território, os quais foram ameaçados e perturbados em diversos momentos seja pelas incursões de corsários e piratas estrangeiros ou mesmo pelos ataques e/ou resistências dos nativos à presença ibérica no Novo Mundo. A dinâmica social nesse período foi marcada pela intensa relação dos colonos com as atividades militares e a necessidade dos mesmos e da Coroa portuguesa em criar mecanismos que viessem a impedir agitações e conflitos no âmago da sociedade colonial e que pudessem garantir, em contrapartida, a posse lusitana nas novas terras<sup>1</sup>.

Dentre as medidas tomadas pela administração portuguesa a fim de proteger e defender os territórios ultramarinos se destacou a formação de tropas locais em contraposição às regulares. Estas oneravam bastante os cofres portugueses por terem um caráter profissional e permanente, exigindo do Estado investimentos para sua manutenção (SILVA, 2001: p.28). Devido à falta de recursos financeiros advindos da metrópole, houve a preferência, em diversos momentos no período colonial, da utilização dos habitantes locais em tropas conhecidas como auxiliares, que em teoria deveriam, como o próprio nome designa, auxiliar as regulares, mas que na prática assumiram o comando principal de muitas batalhas<sup>2</sup>. Além do mais, as tropas auxiliares

---

\* Mestrando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientador(a): Dra Kalina Vanderlei Silva.

<sup>1</sup> No início da colonização todo colono era considerado um soldado – resultado este da introdução das capitanias hereditárias, que delegavam fortes poderes e deveres aos seus donatários. Entre as obrigações se observa uma preocupação com a defesa do território que deveria ser realizada pelos habitantes e moradores locais através das armas e munições disponíveis, enfrentando os constantes ataques de nativos americanos e dos piratas estrangeiros. (SODRÉ, 2010; 34).

<sup>2</sup> As tropas auxiliares, formadas basicamente por nativos, foram mais utilizadas nos conflitos contra os invasores holandeses à Capitania de Pernambuco e suas anexas do que as tropas regulares portuguesas.

ganharam destaque por que estiveram mais bem adaptadas às condições locais de guerra, utilizando uma arte militar própria aos combates dentro das condições físicas apresentadas na América portuguesa, tal como o famoso terço de Henrique Dias (PUNTONI, 2004).

Logo após o período da União Ibérica (1580-1640), a Coroa portuguesa realizou reformas com o intuito de restabelecer o Reino uma vez que a presença espanhola no seu governo gerou profundas crises. Uma dessas mudanças esteve relacionada com a própria organização e a manutenção dos corpos militares, promovendo modificações nas antigas táticas de guerra e na reorganização das tropas para torná-las permanentes e profissionais nos moldes modernos de exército europeu vigentes naquele período<sup>3</sup>. É justamente esta tropa conhecida como regular, burocrática, de linha ou institucional, que Portugal almejou instituir na América portuguesa com o objetivo de proteger e organizar a sociedade contra as agitações cotidianas na colônia (SILVA, 2001: p. 71). Essas tropas eram o exército português no Império luso e se concentraram basicamente nas principais áreas econômicas, em especial as que haviam sido invadidas anos antes pelos estrangeiros: as Capitânicas da Bahia e de Pernambuco.

Neste artigo, analisam-se as tropas regulares estacionadas na Capitania de Pernambuco tendo em vista a sua relevância no fornecimento dos recursos humanos necessários para a formação e composição das tropas na América portuguesa. Em Pernambuco, o principal contingente de militares se situou nas vilas açucareiras do Recife e Olinda<sup>4</sup>. Não obstante, as áreas de penetração e influência dessas tropas abarcaram não somente essas regiões e suas Capitânicas anexas, mas outras áreas e jurisdições no ultramar português. Alguns problemas, contudo, atingiram o cerne da estrutura militar da tropa desde a sua formação tal como a falta recorrente de homens para compor a praça de soldados e problemas provenientes do recrutamento, fruto da insatisfação e rejeição dos recrutas, os quais resistiram a se estabelecerem nela.

---

Para mais informações sobre as táticas de guerra desses nativos e a presença deles como corpo principal de batalha, consultar o livro: (MELLO, 2007).

<sup>3</sup> A guerra de Restauração em Portugal foi fundamental para essa reorganização da tropa regular, com a admissão de novas táticas e a burocratização das tropas portuguesas, tornando-as permanentes, pagas e profissionais. (SILVA, 2001: p. 51).

<sup>4</sup> Segundo Kalina Silva, a Capitania de Pernambuco assume uma importância fundamental para a formação das tropas regulares, afirmando, inclusive que o “Recife, principalmente, era a principal fonte de recursos humanos para os projetos militares da Coroa.” (SILVA, 2003; 39)

As resistências ao ofício de soldado na tropa regular foram diversas. Segundo Kalina Vanderlei Silva, as mais comuns e que provocaram prejuízos à sua composição social foram os motins, sedições, revoltas e deserções (SILVA, 2001; 252). Esta última fora responsável por causar uma grande deficiência no quadro geral de militares e conseqüentemente na organização do exército português na América, deixando-o, muitas vezes, bastante fragilizado. É sobre essa forma de resistência à permanência dos soldados nos corpos militares regulares que este artigo pretende abordar, mostrando os altos índices de deserções presentes nas tropas regulares, o quanto poderiam prejudicar na sua formação e organização e as preocupações das autoridades coloniais com as fugas nas vilas do açúcar na Capitania de Pernambuco durante a segunda metade do século XVIII.

As densas levas de homens que desertaram na América portuguesa foram resultado, basicamente, da política adotada pelo recrutamento na composição dos militares uma vez que a maneira pelo qual foi conduzido o abastecimento de soldados na tropa entrou em conflito com o próprio desejo dos recrutados em não participarem do ofício de soldado, o que gerou rejeições e resistências por parte de muitos homens recrutados à força. Inicialmente, a conscrição de soldados procurou inserir as pessoas essencialmente de cor branca. Entretanto, a falta desse contingente populacional na colônia e o desprestígio dos soldados na península ibérica não favoreceram ao desejo inicial das autoridades portuguesas e como resultado tiveram que ampliar os aceitos na tropa, impedindo, contudo, a inclusão dos negros e índios (SILVA, 2001; 98).

Diante desta peculiaridade e da ausência de voluntários para a função de soldado na tropa regular, à Coroa portuguesa coube dirigir o recrutamento coercivo, ou seja, inserindo a força pessoas específicas<sup>5</sup>, em especial os marginalizados da sociedade colonial, ou seja, ladrões, mendigos, assaltantes designado no período por *vadios*<sup>6</sup>. Esses personagens eram tidos pelas autoridades coloniais como improdutivos e inúteis à organização exploratória da colônia, quando não muitas vezes eram

---

<sup>5</sup> Sobre o recrutamento forçado, Paulo Possamai notou que “não admira que os governos normalmente recorressem a meios violentos no momento do recrutamento, uma vez que poucos se apresentavam como voluntários para o serviço militar”. (POSSAMAI, 2001; 122)

<sup>6</sup> Os *vadios* eram trabalhadores esporádicos, aventureiros e sem profissão fixa. Não pagavam impostos e sua atividade não se destinava a beneficiar seu meio ou o Estado. (ARAÚJO, 2008; 144).

prejudicadoras da ordem social<sup>7</sup>, mas que passariam a ter uma utilidade e docilidade para o Estado quando fossem inseridos nas disciplinas militares (FOUCAULT, 2008).

A presença desses personagens específicos na tropa refletiu no valor social construído acerca dos soldados, os quais foram associados ao “do que pior poderia haver entre os homens livres na colônia” (SILVA, 2001; 115). Assim, um imaginário degradante cercou os que exerciam esse tipo de profissão por haver uma associação e uma diferenciação tênue entre os soldados que compunham a tropa e os párias provenientes da sociedade colonial, os quais, como dito anteriormente, foram alvos constantes do recrutamento militar<sup>8</sup>. Essas características, somadas aos problemas internos que permearam o corpo regular do exército português na América<sup>9</sup>, geraram insatisfações e resistências de muitos recrutados. Devido à dificuldade de obtenção do desligamento legal dos soldados na tropa, a deserção fora uma das alternativas mais utilizadas para àqueles ansiosos de se verem livres das atividades militares<sup>10</sup>.

A resistência ao ofício de soldado através da deserção é algo presente nas fontes coloniais desde a formação da tropa regular na América portuguesa. Para a segunda metade do século XVIII a documentação é mais densa e enfática no que concerne aos fugitivos. Esses dados provêm de mapas construídos após as reformas militares promovidas pelo Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que buscava uma fiscalização mais eficiente das tropas sob domínio lusitano. Entre outras coisas, o Marquês exigia um relatório com informações diversas sobre a situação das tropas estacionadas nos domínios portugueses. Os dados presentes nessas fontes

---

<sup>7</sup> O grosso das tropas era formado pelos vadios, que por definição eram os que estiveram a margem do processo de produção exportadora da sociedade colonial, no caso de Pernambuco a produção do açúcar, e por isso eram considerados improdutivos e inúteis. Diante disso, a Coroa portuguesa buscou resolver dois problemas com o recrutamento forçado, um social e outro administrativo: “o excesso de vagabundos nas vilas e a falta de soldados nas tropas. É a unidade social do exército burocrático” (SILVA, 2001; 105).

<sup>8</sup> Segundo SILVA, a “resistência contra o recrutamento é reflexo da opinião popular sobre o valor social do trabalho”. (SILVA, 2001; 244).

<sup>9</sup> Dentre os problemas gerais que permearam as tropas coloniais se destacam: o constante atraso no pagamento dos soldos; a alimentação ficava, muitas vezes, limitada à farinha e banana, os quais também tinham sua remessa de entrega atrasada; as condições de trabalhos eram difíceis com armas e vestimentas em situação bastante precária; o alto grau de maus tratos destinados aos soldados; e o preconceito que não permitia ao soldado exercer atividades paralelas que pudessem sustentar as dificuldades. (SILVA, 2001; 98-99).

<sup>10</sup> O procedimento legal para o desligamento da tropa era através da solicitação de baixa do soldado. Contudo, esta fora uma tentativa inútil para a grande maioria dos pedintes, “visto que, devido à dificuldade do recrutamento e da manutenção dos quadros das forças armadas, a Coroa dificultou ao máximo a concessão de baixas.” (POSSAMAI, 2001; 163).

possibilitaram uma visualização geral dos corpos militares concentrados nas vilas açucareiras do Recife e Olinda. Entre as informações existe o quantitativo de desertores para cada Regimento e Companhia<sup>11</sup>, fornecendo dados que permitem projetar análises sobre os desertores coloniais.

Neste estudo utilizamos as informações contidas em três mapas militares que abrangem três décadas durante a segunda metade do XVIII a fim de ilustrar a presença da deserção na tropa regular no Regimento de Pernambuco. Para o ano de 1779, o mapa do mês de outubro para o Regimento em questão, que teve como coronel Pedro de Moraes Magalhães, registra a presença de 372 soldados e 88 oficiais de alta e baixa patente, totalizando 460 militares. Este mesmo documento revela que apenas dois militares desertaram da tropa naquele ano<sup>12</sup>. Onze anos após, em 1790, temos um número bastante diferente ao anteriormente assinalado para o Regimento de Pernambuco, que esteve sob a administração do coronel José Roberto Pereira da Silva. O total de soldados foi de 440 e o montante geral de 543 militares. Porém o número de desertores foi bem maior, chegando a 300 fugitivos<sup>13</sup>. Oito anos depois, em 1798, a desproporção foi mais expressiva. Foram assinalados um total de 673 soldados arregimentados, 775 militares e dentre estes tivemos 573 desertores, ou seja, mais de 70% dos militares do Regimento fugiram, número bastante alto para uma organização militar que pretendia ser permanente na sociedade colonial<sup>14</sup>.

Um primeiro ponto deve ser destacado. Nos mapas não há referências que permitam chegar à conclusão de que todos os desertores foram apenas soldados. Possivelmente houve oficiais de alta ou baixa patente que aumentaram os dados quantitativos de fugitivos. Contudo, pela desproporção do número de soldados

---

<sup>11</sup> Neste período as tropas eram divididas em Regimentos e estes eram subdivididos em Companhias com jurisdições mais localizadas.

<sup>12</sup> OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os mapas de cada um dos Regimentos da dita capitania e informando acerca da conduta dos seus oficiais e soldados. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 135, D. 10127.

<sup>13</sup> OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo mapas e relações dos oficiais dos Regimentos, dos Corpos de Artilharia e das fortalezas dos oficiais da dita capitania. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 172, D. 12120.

<sup>14</sup> OFÍCIO (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando os mapas e relações do estado das tropas pagas daquela capitania. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 202, D. 13813.

recrutados em relação aos oficiais do Regimento de Pernambuco e pela importância destes cargos no âmbito da sociedade colonial (MELLO, 2009), presume-se que a grande parte dos desertores foram aqueles que viviam numa condição miserável dentro dos quartéis, ou seja, os soldados. O segundo ponto a ser destacado é que houve um aumento significativo das praças arregimentadas na tropa e dos desertores ao longo da segunda metade do século XVIII mostrando que a resistência dos recrutas não só continuou, mas também aumentou no decorrer do século, fruto da intensa mobilização dos corpos militares nesse período assim como das leves de recrutamento para compô-los. Muito embora os dados expostos possam não oferecer o real quantitativo dos soldados desertores, o que parece ser coerente pela estimativa mostrada no ano de 1779 quando apenas dois militares foram citados e nos outros anos mais de centenas deles fugiram, essas informações servem de referência para demonstrar a presença da deserção no Regimento de Pernambuco e os altos números de desertores, os quais geraram uma diminuição significativa de soldados ativos. Diante disso, as deserções acabaram gerando resultados negativos para a formação e estabelecimento dos baixos postos militares, o que em parte explica a preocupação das autoridades locais e da Coroa portuguesa com a deserção de soldados e a manutenção de um exército permanente nas principais vilas açucareiras da Capitania de Pernambuco.

A resistência de homens ao ofício de soldado na tropa regular através da deserção ocorreu em diversos momentos e situações distintas. Um dos pontos altos representativos da ação de desertores fora no deslocamento da tropa para atender outras regiões necessitadas de ajuda militar. A segunda metade do XVIII apresenta momento de instabilidade nas fronteiras da América portuguesa, fruto da Guerra dos sete anos no qual houve a participação de Portugal e de suas colônias contra espanhóis e franceses. Os deslocamentos para a Colônia de Sacramento (situada na margem norte do Rio do Prata, sul da América portuguesa) e o Grão-Pará (ao norte do Estado do Brasil) foram necessários para assegurar os territórios localizados na região fronteira, ameaçado pelas nações européias (POSSAMAI, 2011; NOGUEIRA, 2000). Nesse contexto, a Capitania de Pernambuco fora algumas vezes solicitada para ajudar militarmente essas regiões, momento peculiar pelo qual os desertores aproveitavam para fugirem da tropa.

É o caso de uma missiva na qual o governador de Pernambuco, José de César de Meneses, relatou ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre os problemas provenientes do deslocamento da tropa regular (Regimento do Recife) da Capitania de Pernambuco para o Rio de Janeiro. Segundo o governador,

*Em quatorze de setembro do anno próximo pretérito mandei o Regimento do Recife para o Rio de Janeiro com quatrocentos e noventa e duas praças. Em dois de Dezembro do dito anno remeti a fragata de S. Majestade, que servia de levar o destacamento a Ilha de Fernando, e nella forão cento e oitenta e cinco recrutas. Em vinte e hum do corrente mez mandei pelo Navio da companhia Real duzentas e cincoenta recrutas, q tudo faz o total de novecentos e vinte sete praças. E forao demais da formatura do Regimento cento e sete praças, por me escrever o Marquez V. Rey, q tinha o falecido naquelle capital alguns soldados, alem de vários dezertores. Tão bem tenho arremetido cento e oito marinheiros<sup>15</sup>.*

De acordo com o documento, no ano de 1774 houve três ajudas militares do Regimento do Recife para a cidade do Rio de Janeiro. O primeiro delas ocorreu no dia 17 de Setembro e foram movimentadas 492 praças rumo à capital do Estado do Brasil. No último mês deste ano houve mais duas levadas de militares: A primeira no dia 2 de Dezembro e que deslocou cerca de 185 recrutas da Ilha de Fernando de Noronha sob comando do Regimento do Recife, e a segunda foi no dia 21 e terminou movendo mais 250 militares. Assim, no total foram transferidos da Capitania de Pernambuco para a do Rio de Janeiro 927 praças em apenas três meses. Contudo, José Meneses reclamou dos problemas provenientes dessa ajuda militar pois, ao final da jornada, apenas 108 homens retornaram, ou seja, houve um déficit de 819 militares, o que engendrou profundas preocupações e insatisfações do Governador de Pernambuco. Segundo José Meneses, foram basicamente duas as razões da perda desses militares: por ter “falecido naquella capital alguns soldados, alem de vários dezertores”<sup>16</sup>.

Deste modo a deserção aparece como um dos principais fatores de desintegração da tropa quando de seu deslocamento para o Rio Janeiro, ou por que não pensar o principal fator uma vez que o Governador falou de “alguns” falecidos e “vários”

<sup>15</sup> OFICIO do [governador da capitania de Pernambuco], José de César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os recrutas que enviou para o Rio de Janeiro, desde 1774, e informando o numero de soldados falecidos naquela capital e dos que desertaram. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 119, D. 9136.

<sup>16</sup>Idem.

desertores, dando a entender que esta última fora mais expressiva do que a primeira. Diante disso, presume-se que os deslocamentos de tropa foram momentos estratégicos para aqueles soldados que desejavam fugir das atividades militares. Era a resistência surtindo efeito através da deserção. Ocasões como essas poderiam gerar dificuldades imensas para o seu Governador pelo estado vil com que ficava a tropa e foram, portanto, evitadas quando possível<sup>17</sup>.

Não somente para as regiões litorâneas havia deslocamento e a presença de soldados regulares indesejosos de permanecerem na tropa, mas também o sertão recebeu pessoas fugitivas, inclusive desertores, onde algumas vezes “eram acolhidos por sua família, contando ainda com o silêncio cúmplice da população.” (ARAÚJO, 2008; 130). A passagem de tropas pelo sertão fora outro momento oportuno para desertar. Embrenhavam-se na floresta e não facilmente eram achados, pois o acesso era bastante complicado e denso. Kalina Vanderlei Silva, analisando a construção de um cenário sociocultural do sertão através da *guerra dos bárbaros*, observou esta área como receptáculo de facinorosos e fugitivos das leis portuguesas, e dentre esses os desertores da tropa regular. Participar desta guerra era uma oportunidade especial para desertar e assim conseguir libertar-se das amarras da Coroa que não se fazia presente com tanta veemência se comparada com as vilas litorâneas<sup>18</sup>.

Um caso parecido aconteceu com o soldado Luiz Lobo de Albertim no ano de 1742. Filho de D. Violante Clara de Miranda Henriques viúva de um Capitão de infantaria do terço de Olinda, Luiz Albertim resolveu deixar o ofício de soldado para ir residir com sua mãe no sertão do Ceará. Contudo fez isto ilegalmente, ou seja, desertando da tropa. Tempos depois foi capturado e levado ao Conselho de Guerra para ser julgado. Como justificativa pela transgressão cometida, Albertim afirmou que fizera aquilo por que sua mãe estivera muito doente e sua irmã, donzela, não tinha condições de cuidar bem dela. Ao ser analisada a situação comprovou-se que Violante Henriques

---

<sup>17</sup> Outros autores também observam o deslocamento da tropa e a relação com a deserção de soldados (SILVA, 2001; POSSAMAI, 2011)

<sup>18</sup> A “guerra dos bárbaros” compreende as diversas batalhas em que os colonizadores tiveram contra as tribos indígenas para se estabelecerem no sertão. No caso desse exemplo, Kalina Silva se detém a estudar essas batalhas no sertão colonial, local que foi, durante séculos, cenário desta guerra. Ao longo do livro percebe-se o sertão como local escolhido por muitos criminosos para residir, tal como os desertores. (SILVA, 2003).



estava muito doente e precisando de ajuda. Ao final do processo, foi concedida a liberdade para que o soldado tivesse a baixa de soldado e fosse cuidar de sua mãe<sup>19</sup>.

O soldado Luiz Albertim optou pela deserção ao invés de procurar o desligamento legal da tropa pelas razões que por ele foi utilizada posteriormente para se defender no processo. Mas tal atitude induz a idéia de que ele poderia não estar confiante que o pedido de baixa do seu ofício fosse acatado ou então que a resposta da resolução demorasse muito para ser finalizada e por isso preferiu fugir. Entrementes, uma coisa é certa, ele desertou e fez isso buscando o sertão. Há, no entanto, a possibilidade de que sua mãe já estivesse residindo naquela região ou então ele a levou para se instalar no sertão por saber que ali seria mais difícil de ser recapturado pela tropa. O sertão, para este soldado, foi o lugar escolhido para fugir e residir como desertor junto com sua família.

Diante disso, a busca pela mata ou pelo sertão foi uma prática constante para aqueles que se sentiam, por algum motivo, perseguidos pelo Estado ou pela sociedade, o que incluía nesse grupo os desertores, os quais buscando fugir das tentativas de recrutamento ou de libertar-se da estrutura militar, se embrenharam nas matas e ali construíram suas vidas. Assim, para os soldados desertores o sertão era um espaço de liberdade virtual, pois a autoridade régia era bastante reduzida se comparada à sociedade açucareira e as chances de ser um homem livre da tropa eram maiores.

Os problemas da deserção não eram somente característicos das tropas estacionadas nas vilas açucareiras da América. Um caso interessante aconteceu na região sul do Estado do Brasil, especificamente na Colônia de Sacramento. Nesta, o comandante da tropa de Iguatemi percebeu que havia uma maior preocupação das autoridades locais com as deserções das suas tropas portuguesas deslocadas da Capitania de São Paulo para aquela Colônia, do que com a guerra contra os espanhóis, principal motivo do deslocamento (PEREGALLI, 1986; 134). Tal preocupação houve, segundo Paulo César Possamai, dos dois lados do exército - português e espanhol -, pois a fuga para o lado do inimigo poderia provocar a “traição” e a conseqüente entrega das

---

<sup>19</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre o requerimento de Luís Lobo de Albertim, filho do capitão de Infantaria do Terço do Recife, Luís Lobo de Albertim, e de sua viúva Violante Clara de Miranda Henriques, que, sendo soldado, retirou-se para o sertão, e voltando, foi preso e enviado para Fernando de Noronha de onde pede lhe dêem baixa. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 57, D. 4949.

estratégias militares para o opositor, gerando danos irreparáveis. Neste caso, em especial, a deserção era até mesmo incentivada como estratégia para transformar os inimigos em aliados e assim conhecer a situação da tropa inimiga (POSSAMAI, 1999).

Para tentar inibir a atuação transgressora dos soldados em relação à deserção, algumas medidas foram aplicadas. As famílias dos desertores, algumas vezes, foram encarceradas e utilizadas como reféns enquanto o soldado fugitivo não retornasse à tropa. Tal situação ocorreu com o desertor Manoel Coelho que no ano de 1774 fugiu da tropa regular e o Governador de Pernambuco, José de Cesar Meneses, mandou render seu pai por tempo indeterminado até que seu filho retornasse ao posto de soldado<sup>20</sup>. Esse tipo de punição foi observada atentamente por Enrique Peregalli na Capitania de São Paulo e segundo o autor este foi “o método mais eficaz para evitarem-se as deserções” (PEREGALLI, 1986; 131). Como se pôde observar, tal “tática” utilizada na região sul também foi praticada em Pernambuco como tentativa de recapturar os desertores da tropa.

As punições ou os castigos mais habituais para os desertores, em especial na Capitania de Pernambuco, foi o degredo útil. Este consistia no envio dos transgressores a expedições militares distantes, causando uma expatriação e a perda de laços familiares do soldado (SILVA, 2001; 257). Esta penalidade parece ter sido utilizada com frequência, pois, o deslocamento de tropas, como já relatado, era algo presente na América portuguesa. A resistência e falta de disciplina dos soldados nas vilas açucareiras de Pernambuco fora resultado dessa movimentação de militares.

Um documento datado em 1776 enviado pelo Governador de Pernambuco, José César de Meneses, ao secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, ilustra um caso de punição de soldados sublevadores através do degredo para a Ilha de Fernando de Noronha. Na descrição, O governador relatou os soldados que tinham sido enviados à Ilha dizendo que no total “forão vinte e dois desertores, e muytos soldados, q voluntariamente se oferecerão. Entre estes mandei alguns soldados por desordens e

---

<sup>20</sup>OFÍCIO do [governador a capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a devassa feita sobre Manoel Coelho, desertor e falso padre. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx, 145, D. 10635.

crimes”<sup>21</sup>. Aqui se percebe a mistura, ou a falta de distinção, que havia entre os criminosos e desordeiros da tropa com pessoas que voluntariamente se alistaram para o ofício de soldado. Pessoas “dignas”, com vontade de trabalhar, mas ocupando e dividindo o mesmo espaço com transgressores e criminosos da sociedade colonial. Entre estes, o documento salienta que havia desertores enviados para cumprirem suas penas. Portanto, a tênue separação dentro da tropa entre os soldados não envolvidos com práticas transgressoras e criminosos tornou o ofício de soldado desonroso para as pessoas que se preocuparam com a reprodução de sua imagem na sociedade colonial e relutaram em assumir as mesmas funções que os transgressores ou mesmo frequentar o mesmo ambiente que eles<sup>22</sup>.

A deserção provocou, algumas vezes, não somente a diminuição do quantitativo de soldados da tropa, mas também reações que levaram alguns fugitivos a enfrentarem outros militares enviados para puni-los. Foi o caso do desertor Antonio dos Santos, em 1780. Ele foi acusado, além da deserção, a culpa de ter assassinado um capitão que estava acompanhado pela sua tropa com o objetivo de prender o resistente. Na ocasião, o capitão terminou morto e Antonio dos Santos levado para ser interrogado. A atitude do desertor, resistir e ferir gravemente outros soldados, deixou o Governador de Pernambuco bastante insatisfeito principalmente por que “se tem auzentado vários soldados” e quando os cabos eram enviados para “prender algum dezertor, outros resistem, de forma a mesma tropa se torne de q há vários cazos acontecidos”. Diante dessa situação, o Governador exigiu que houvesse uma punição exemplar para este soldado a fim de que fosse evitados mais casos de deserção e resistência parecidos com este de Antonio dos Santos<sup>23</sup>. Mais uma vez é assinalada a forte presença da resistência de soldados através da deserção e a preocupação das autoridades coloniais, representado

---

<sup>21</sup> OFICIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o destacamento enviado para a ilha de Fernando de Noronha e os desertores e soldados presos por desordens e crimes também enviados à mesma; informando também da seca que continua a assolar a região e do falecimento de várias pessoas com o mal de Luanda e bexigas. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 122, D. 9308.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> OFICIO do [governador da capitania de Pernambuco], José Cesar de Meneses, ao [secretario de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando as deserções nas tropas dos regimentos de Pernambuco e sobre se tomar uma resolução a respeito do Conselho de Guerra do soldado desertor, Antonio dos Santos, para que ele sirva de exemplo. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 128, D. 9707.

pelo Governador da Capitania, principalmente quando além de fugir da tropa regular os desertores ainda feriam outras pessoas e resistiam às ordens do Governador.

Diante das informações analisadas no artigo podemos concluir que as resistências ao ofício de soldado das tropas regulares através da deserção estiveram presentes na América portuguesa e em especial nas vilas açucareiras de Pernambuco, região de importância peculiar para o abastecimento das tropas e conflitos em outras áreas da colônia. O recrutamento forçado teve conseqüências nefastas para muitos párias sociais, ao exigir sua entrada obrigatória, mas em contrapartida gerou um conjunto de revoltas e resistência a este trabalho. As agitações no seio da tropa, contudo, não foram somente resultado do recrutamento, mas também da sua própria manutenção, assim como, do imaginário e valor social do trabalho de soldado no período colonial.

Nesse contexto, a deserção fora uma das formas mais utilizadas na América portuguesa de resistência ao ofício de soldado da tropa regular uma vez que o pedido legal de baixa não era facilmente concedido e, desse modo, os soldados tiveram que buscar a ilegalidade para se verem livres das amarras burocráticas militares. Pelos dados oferecidos no texto percebeu-se que as deserções causaram danos para a composição social da tropa, pois a perda de militares ocorria em grande número e a resistência dos desertores à prisão também preocupava as autoridades coloniais, exigindo delas atenção e medidas punitivas para tentar diminuir a quantidade de resistentes e desertores da tropa regular.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Unb/José Olympio, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. *Forças Militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do Século XVIII*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “Razões para desertar”: institucionalização do exército no Grão-Pará no último quartel do século XVIII. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: Tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1150-1700). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.

POSSAMAI, Paulo César. *O Cotidiano da Guerra: a vida na colônia do sacramento (1715-1735)*. 2001. Tese (Doutorado) - Curso de História, USP, São Paulo.

\_\_\_\_\_. O problema da deserção militar na Colônia de Sacramento e no Rio Grande de São Pedro durante o século XVIII. *História: Debates e Tendências*, Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. – Vol, n. 1, p. 228-244, (junho, 1999). Passo Fundo: UPF, 1999.

\_\_\_\_\_. Soldados do norte nas guerras do sul: o recrutamento militar na Bahia e em Pernambuco para a Colônia do Sacramento. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História. – Vol 29, n. 29.1, p. 1-20, (2011). Recife: UFPE, 2011.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: História de homem, militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

\_\_\_\_\_. *'Nas Solidões Vastas e Assustadoras': A Conquista do Sertão de Pernambuco pelas Vilas Açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. 2003. 283 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, UFPE, Recife, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Expressão popular, 2010.

## FONTE PRIMÁRIA

Documento manuscritos avulsos referentes à Capitania de Pernambuco no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

OFICIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os mapas de cada um dos Regimentos da dita capitania e informando acerca da conduta dos seus oficiais e soldados. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 135, D. 10127.

OFICIO do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo mapas e relações dos oficiais dos Regimentos, dos Corpos de Artilharia e das fortalezas dos oficiais da dita capitania. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 172, D. 12120.

OFICIO (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando os mapas e relações do estado das tropas pagas daquela capitania. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 202, D. 13813.

OFICIO do [governador da capitania de Pernambuco], José de César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os recrutas que enviou para o Rio de Janeiro, desde 1774, e informando o numero de soldados falecidos naquela capital e dos que desertaram. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 119, D. 9136.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre o requerimento de Luís Lobo de Albertim, filho do capitão de Infantaria do Terço do Recife, Luís Lobo de

Albertim, e de sua viúva Violante Clara de Miranda Henriques, que, sendo soldado, retirou-se para o sertão, e voltando, foi preso e enviado para Fernando de Noronha de onde pede lhe dêem baixa. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 57, D. 4949.

OFÍCIO do [governador a capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a devassa feita sobre Manoel Coelho, desertor e falso padre. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx, 145, D. 10635.

OFICIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o destacamento enviado para a ilha de Fernando de Noronha e os desertores e soldados presos por desordens e crimes também enviados à mesma; informando também da seca que continua a assolar a região e do falecimento de várias pessoas com o mal de Luanda e bexigas. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 122, D. 9308.

OFICIO do [governador da capitania de Pernambuco], José Cesar de Meneses, ao [secretario de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando as deserções nas tropas dos regimentos de Pernambuco e sobre se tomar uma resolução a respeito do Conselho de Guerra do soldado desertor, Antonio dos Santos, para que ele sirva de exemplo. AHU\_ACL\_CU\_0,15, Cx. 128, D. 9707.